

SUMÁRIO

PREFÁCIO	XIII
APRESENTAÇÃO	XV
LISTA DE ABREVIATURAS	XIX
INTRODUÇÃO	XXIX

Capítulo 1 **Da Sistemática Recursal dos Juizados** **Especiais Federais Cíveis** 1

1.1. Do Microsistema Normativo dos Juizados Especiais	1
1.2. Da Sistemática Recursal dos Juizados Especiais Federais Cíveis e a Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil	8
1.3. Quadro Sinóptico nº 01: Sistema Normativo dos Juizados Especiais	13

Capítulo 2 **Do Recurso Inominado** 15

2.1. Da Nomenclatura	15
2.2. Do Cabimento e do Reexame Necessário	19
2.3. Do Prazo	22
2.4. Dos Artigos 188 e 191 do Código de Processo Civil	29
2.5. Das Intimações e Cômputo do Prazo Recursal nos Processos Eletrônicos – Lei nº 11.419/2006	33
2.6. O “Período de Graça” (Art. 5º, § 3º, da Lei nº 11.419/2006) e o Recesso Forense	38
2.7. Do Preparo	40
2.8. Da Forma e do Conteúdo	45
2.9. Dos Efeitos da Interposição	48

2.10. Do Juízo de Admissibilidade e Resposta ao Recurso	50
2.11. Do Recurso Adesivo	55
2.12. Da Ordem dos Processos na Turma Recursal	59
2.13. Do Ônus da Sucumbência	68
2.14. Fluxograma nº 01: Recurso Inominado	72

Capítulo 3

Dos Embargos de Declaração

73

3.1. Das Hipóteses de Cabimento	73
3.2. Do Prazo	75
3.3. Do Preparo	75
3.4. Da Forma e do Conteúdo	76
3.5. Da Correção de Erros Materiais	77
3.6. Dos Efeitos de sua Oposição	78
3.7. Da Resposta	80
3.8. Juízo de Admissibilidade e Julgamento	81
3.9. Dos Embargos de Declaração Manifestamente Protelatórios e Sua Reiteração	84
3.10. Dos Embargos de Declaração Com Pretensão de Atribuição de Efeitos Modificativos (ou de Efeitos Infringentes)	86
3.11. Dos Embargos de Declaração com Propósito de Prequestionamento	89
3.12. Quadro Sinóptico nº 02: Efeitos dos Embargos de Declaração nos Juizados Especiais	91

Capítulo 4

Dos Embargos Infringentes

93

4.1. Da Inadmissibilidade dos Embargos Infringentes nos Juizados Especiais	93
----------------------------------------------------------------------------------	----

Capítulo 5

Dos Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei Federal

95

5.1. Da Inovação da Lei nº 10.259/2001	95
5.2. Da Natureza Jurídica	98
5.3. Das Hipóteses de Cabimento	100
5.3.1. Pressuposto Genérico: Divergência entre Julgados Proferidos por Órgãos Colegiados dos Juizados Especiais Federais	101

5.3.2. Pressuposto Genérico: Divergência na Interpretação de Lei Federal quanto a Questões de Direito Material	103
5.4. Da Forma e do Conteúdo	106
5.4.1. Da Demonstração e da Comprovação da Divergência	106
5.4.2. Do Prequestionamento	111
5.5. Do Prazo para Interposição e Resposta	113
5.6. Dos Efeitos da Interposição	114
5.7. Do Preparo	116
5.8. Do Recurso Adesivo	116
5.9. Das Modalidades	117
5.9.1. Do Pedido de Uniformização Regional de Interpretação de Lei Federal em Questões de Direito Material	117
5.9.2. Do Pedido de Uniformização Nacional de Interpretação de Lei Federal em Questões de Direito Material	125
5.9.3. Do Pedido de Uniformização de Jurisprudência Dirigido ao Superior Tribunal de Justiça	134
5.10. Do Pedido de Submissão da Decisão de Inadmissão do Pedido de Uniformização na Origem	143
5.11. Da Retenção dos Pedidos de Uniformização Idênticos	150
5.12. Da Interposição Simultânea de Pedidos de Uniformização Regional e Nacional ..	152
5.13. Da Interposição Concomitante de Pedidos de Uniformização e Recurso Extraordinário	154
5.14. Dos Efeitos do Julgamento dos Pedidos de Uniformização	157
5.15. Do Procedimento da Consulta de Natureza Processual	160
5.16. Crítica à Impossibilidade de Discussão de Matéria Processual nos Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei Federal	161
5.17. Quadro Sinóptico nº 03: Órgãos Colegiados dos Juizados Especiais Federais Cíveis	162
5.18. Fluxograma nº 02: Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei Federal ...	163

Capítulo 6

Do Recurso Especial 165

6.1. Da Inadmissibilidade do Recurso Especial nos Juizados Especiais	165
----------------------------------------------------------------------------	-----

Capítulo 7

Do Recurso Extraordinário 167

7.1. Do Cabimento	167
7.1.1. Do Esgotamento das Vias Recursais Ordinárias	171
7.1.2. Do Prequestionamento	172

7.1.3. Da Ofensa Direta e Frontal a Dispositivos Constitucionais	173
7.1.4. Da Repercussão Geral da Questão Constitucional	174
7.2. Da Impossibilidade de Apreciação de Matéria Fático-Probatória	177
7.3. Do Não Cabimento de Recurso Extraordinário Contra Ato Decisório de Conteúdo Não Definitivo	178
7.4. Do Prazo para Interposição e Resposta ao Recurso	178
7.5. Do Preparo	179
7.6. Da Forma e do Conteúdo	180
7.7. Do Recurso Adesivo	181
7.8. Dos Efeitos da Interposição	182
7.9. Do Juízo de Admissibilidade	183
7.10. Do Agravo contra a Decisão de Inadmissão do Recurso Extraordinário na Origem	185
7.11. Do Processamento dos Recursos Extraordinários Múltiplos	187
7.12. Dos Efeitos do Julgamento do Recurso Extraordinário	189

Capítulo 8

Dos Embargos de Divergência em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

191

8.1. Da Análise das Hipóteses de Cabimento	191
8.2. Da Demonstração e da Comprovação do Dissídio	194
8.3. Do Prazo para Oposição e Resposta ao Recurso	195
8.4. Do Preparo	196
8.5. Dos Efeitos de sua Oposição	196
8.6. Do Recurso Adesivo	198
8.7. Do Processamento e Julgamento do Recurso	198
8.8. Quadro Sinóptico nº 04: Embargos de Divergência em Recurso Extraordinário	201

Capítulo 9

Do Recurso em Tutelas de Urgência

203

9.1. Da Nomenclatura do Recurso	203
9.2. Considerações Iniciais sobre a Irrecorribilidade das Decisões Interlocutórias	206
9.3. Das Hipóteses de Cabimento	209
9.4. Do Prazo para Interposição e Resposta	211
9.5. Do Preparo	213
9.6. Da Forma e do Conteúdo	215
9.7. Dos Efeitos da Interposição	216
9.8. Do Juízo de Retratação	216

Capítulo 10	
Breves Comentários sobre as Ações Autônomas de Impugnação nos Juizados Especiais Federais Cíveis	219
<hr/>	
10.1. Ação Rescisória, Ação Anulatória e <i>Querela Nullitatis</i>	219
10.2. Mandado de Segurança	228
10.3. Reclamação Constitucional	232
10.4. Quadro Sinóptico nº 05: Ações Autônomas de Impugnação nos Juizados Especiais Federais Cíveis	236
Referências Bibliográficas	237
<hr/>	